



MULHERES INDIANAS E O ÁRDUO CAMINHO PARA A IGUALDADE



Dossiê n° 45
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Outubro de 2021

Este dossiê apresenta retratos das lutas cotidianas das mulheres indianas, desenhados principalmente por artistas mulheres da Índia e de todo o Sul Global a partir de fotografias de fotógrafos/as indianos/as. São cenas da vida no sentido mais completo da palavra - da alegria, do trabalho, da ira e da resistência - ao longo do árduo caminho em direção à emancipação das mulheres. São imagens de uma humanidade mais plena que devemos a todas as trabalhadoras, camponesas, mães e filhas.

CAPA

"Ela havia vestido seu melhor sári para aprender a andar de bicicleta em um "acampamento de treinamento de ciclismo" em Pudukkottai, Tamil Nadu. Ela estava exuberante por uma boa razão. Cerca de 4 mil mulheres muito pobres em seu distrito haviam vindo para controlar as pedreiras onde elas antes haviam sido vítimas de trabalho forçado. A luta organizada delas, combinada com um movimento de alfabetização politicamente consciente fez de Pudukkottai um lugar melhor" - P. Sainath.

Ilustração: [Vikas Thakur](#) (Índia) / [Instituto Tricontinental de Pesquisa Social](#)
Foto de referência: P. Sainath / [People's Archive of Rural India \(PARI\)](#) (Madhya Pradesh, julho de 2014)

MULHERES INDIANAS E O ÁRDUO CAMINHO PARA A IGUALDADE



Dossiê nº 45 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Outubro de 2021



Trabalho com tijolos, conhecido localmente como “pakka me kaam”.

Ilustração: [Karuna Pious P](#) (Índia) / [Young Socialist Artists](#)

Foto de referência: [Khabar Lahariya](#) / [People's Archive Of Rural India \(PARI\)](#) (Uttar Pradesh, fev. 2017)

Alguns séculos atrás, o poeta télugo Baddena escreveu um hino lírico sobre o papel de uma esposa: alguém que trabalha como uma serva, alimenta como uma mãe, parece uma deusa, dá prazeres como uma prostituta e tem a paciência da terra. Essas “virtudes femininas” unidas em uma poesia do século XIII ressoam de tal forma na sociedade indiana moderna que esse poema é muitas vezes glorificado em filmes, música e literatura até hoje.

Para as mulheres indianas, cada uma dessas “virtudes” se traduz em facetas de opressão que representam o penoso trabalho doméstico, a objetificação do corpo e da sexualidade, e a expectativa de que as mulheres devam aceitar o abuso, a violência e a exploração como destino, cumprindo seu papel socialmente imposto como mães, esposas, irmãs e filhas; elas nunca deveriam ser seres humanos com seu próprio livre arbítrio. Na verdade, o *Manusmriti* (*O código de Manu*; 200 a.C. – 200 d.C.), um texto amplamente citado e amado pela direita hindu, que essencialmente codifica a opressão com base em casta, classe e gênero na sociedade indiana, e afirma de forma inequívoca que as mulheres precisam estar sob o controle de seus pais durante a infância, de seus maridos na idade adulta e de seus filhos na velhice, e que não tenham uma existência independente para além desses papéis em relação aos homens. Essa opressão encontra aceitação em diversas comunidades (incluindo não-hindus) na Índia.

Na Índia moderna, existe uma cultura dominante de justificação de uma série de restrições ao comportamento, aparência, mobilidade e interações sociais das mulheres, bem como aceitação de uma ampla variedade de atrocidades contra elas – como violência doméstica,

abuso sexual e estupro – vistas como resultado da violação dessas normas culturais pelas mulheres.

Dados de todo o país mostram que pelo menos um terço das indianas casadas sofreram violência doméstica nas mãos de seus maridos. Essa violência tem uma aceitação profundamente enraizada nas comunidades e famílias indianas – ao ponto que muitas mulheres internalizam as justificativas para a violência infligida a elas. Cinquenta e dois por cento das mulheres indianas de 15 a 49 anos acreditam que um homem tem o direito de bater em sua esposa por pelo menos um destes motivos: se ela sair de casa sem avisar o marido; se o homem julgar que ela está negligenciando os filhos; se ela discutir com ele; se ela se recusar a fazer sexo com ele; se não cozinha bem; se o marido suspeitar que ela é infiel; ou se sentir que ela desrespeita os sogros.

Já se passaram dois milênios desde Manu, e quase oito séculos desde Baddena, e ainda, como mostram os resultados da pesquisa, as mulheres indianas do século XXI que provavelmente nunca leram Manu ou ouviram falar de Baddena parecem ter um sentimento semelhante de obrigação para com seus maridos e famílias. Essa internalização não é surpreendente em uma sociedade que tolera amplamente tal violência e na qual os principais partidos políticos se opõem implacavelmente à criminalização do estupro conjugal. A lei indiana sustenta que a relação sexual entre um homem e sua esposa que atingiu a maioria não pode ser considerada estupro, independentemente de a esposa ter consentido ou não. Recentemente, em agosto de 2021, o Tribunal Superior de Chhattisgarh recusou-se a processar um homem por estupro marital, alegando que “relações

sexuais ou qualquer ato sexual com ela [a esposa] pelo marido não constituiria um crime de estupro, mesmo que fosse pela força ou contra sua vontade”. Ainda quando juízes progressistas reconhecem o direito total de uma mulher casada sobre sua própria sexualidade, suas mãos ficam em grande parte atadas pela lei regressiva que é implicitamente aplicada pelo Estado indiano e tacitamente apoiada pela maioria dos partidos políticos.

Há, claro, mudanças para melhor ao longo dos anos. Em 1911, apenas 1% das mulheres sabia ler e escrever. Pouco mais de um século depois, a taxa de alfabetização entre as indianas é de 70%. As perspectivas para as mulheres na educação hoje são mais promissoras: a taxa de alfabetização entre as mulheres abaixo de 24 anos é de cerca de 90% e está quase no mesmo nível da taxa de alfabetização dos homens na mesma faixa etária. Hoje, a matrícula das mulheres no ensino superior é comparável à dos homens. Quarenta e nove por cento dos estudantes atualmente matriculados no ensino superior são mulheres, embora sua presença seja mais esparsa em áreas como engenharia e medicina, cursos que são mais caros e podem abrir caminho para empregos mais lucrativos.

Apesar do progresso feito pelas mulheres na alfabetização e na educação, os papéis domésticos designados a elas parecem ter mudado pouco. As mulheres em idade produtiva passam em média cinco horas e quinze minutos por dia fazendo tarefas domésticas como cozinhar, limpar e lavar. Esse é o tempo médio gasto no trabalho doméstico por mais de 92% das mulheres em idade produtiva. Além do tempo dedicado aos afazeres domésticos, um terço das mulheres, principalmente aquelas com filhos pequenos, despendem em média

duas horas e dezessete minutos todos os dias cuidando e educando os filhos. Em contraste, menos de 30% dos homens ajudam nas tarefas domésticas e apenas 16% dedicam algum tempo ao cuidado e educação dos filhos. Essa minoria de homens que realiza trabalho doméstico e de cuidado infantil gasta, no entanto, apenas uma fração do tempo que as mulheres gastam nessas atividades. Os homens escolarizados não são diferentes dos demais quando se trata de sua participação insignificante nessas responsabilidades. Da mesma forma, o fardo desse trabalho para as mulheres que receberam educação superior não é significativamente diferente do que para outras mulheres.

É evidente que as indianas em geral realizam atividades produtivas muito significativas, sob a forma de trabalho doméstico e de cuidado com a própria família. No entanto, essa contribuição para o muito necessário processo de reprodução social não é reconhecida e nem recompensada. Quando muito, esse papel de reprodução social em suas famílias – gerar, cuidar e educar os filhos, garantir o trabalho de reprodução da vida da família do trabalhador não apenas para o dia seguinte por meio da alimentação, limpeza etc., mas também para futuras demandas da classe capitalista – parece estar intimamente associado a vários problemas que as mulheres enfrentam na sociedade.





Uma mulher trabalha nos campos de junça, onde mulheres frequentemente trabalham desde muito novas para sobreviver.

Ilustração: Junaina Muhammed (Índia) / Young Socialist Artists

Foto de referência: M. Palani Kumar / [People's Archive of Rural India \(PARI\)](#) (Tamil Nadu, abr. 2021)

Mulheres como trabalhadoras

As estatísticas mostram que a presença de mulheres na força de trabalho diminuiu drasticamente nas últimas três décadas de capitalismo neoliberal na Índia. A participação das mulheres, que era de 41% em 1999-2000, caiu para 32% em 2011-12; em 2018-19, houve uma queda abrupta para 25%. Efetivamente, em 2018-19, enquanto três quartos dos homens em idade produtiva estavam empregados em ocupações remuneradas, três quartos das mulheres em idade ativa não ganhavam para seu sustento, mas, em vez disso, estavam envolvidas em trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. A porcentagem de mulheres desempregadas em ocupações remuneradas provavelmente aumentará ainda mais devido à crise econômica gerada pela pandemia, contexto no qual a mobilidade das mulheres ficou ainda mais restrita.

Muitos adeptos de políticas governamentais atribuem a presença decrescente de mulheres na força de trabalho ao “efeito renda” – um bom sinal de que o crescimento econômico indiano está tirando famílias da pobreza, permitindo que as mulheres dependam do aumento dos rendimentos dos homens sem terem que trabalhar. Na sociedade indiana, argumenta-se, quando a renda familiar aumenta, eles preferem que as mulheres fiquem em casa e não trabalhem; mulheres que não precisam trabalhar é visto como um sinal de status social mais elevado.

A realidade, é claro, é tudo menos isso. As racionalizações pseudo-sociológicas para o encolhimento relativo da força de trabalho feminina encobrem o fato de que as mulheres estão sendo forçadas a deixar de compor a força de trabalho, e não escolheram assim fazê-lo para viver no conforto. Em vez disso, foram forçadas a parar de trabalhar por causa das mudanças estruturais na economia indiana ao longo dos anos – particularmente desde a liberalização de 1991 em diante – e o impacto que essas mudanças tiveram na economia rural.

Enquanto as taxas de participação das mulheres urbanas no trabalho sempre foram baixas e mais ou menos estagnadas por décadas, as taxas de participação no trabalho das mulheres rurais eram mais altas na era pré-liberalização, embora não se iguallassem às dos homens. Ainda hoje, a maioria das mulheres que compõe a força de trabalho vem de áreas rurais e está empregada na agricultura e atividades relacionadas.

Quando o nível de mecanização da agricultura é baixo, as famílias camponesas marginais e pequenas que vivem da agricultura de subsistência utilizam ao máximo a mão de obra familiar; como resultado, as camponesas trabalham tanto ou frequentemente mais no campo que os homens. Além disso, a natureza sazonal do trabalho agrícola garante que haverá uma alta demanda por trabalhadores durante as operações sazonais de trabalho intensivo, tornando as trabalhadoras indispensáveis para a agricultura.

Na adesão da Índia ao capitalismo irrestrito e não regulamentado – ou capitalismo neoliberal –, a agricultura foi o setor mais

negativamente afetado. Nas últimas três décadas, o aumento da falta de terra, a mudança dos padrões de cultivo e o aumento da mecanização, juntamente com o uso generalizado de herbicidas, reduziram muito o emprego em operações agrícolas sazonais, como colheita, transplante e remoção de ervas daninhas, que também forneciam a maior parte do emprego remunerado para mulheres de famílias camponesas, bem como para trabalhadoras agrícolas.

O tipo de alto crescimento econômico que a Índia experimentou do início dos anos 2000 até o início dos anos 2010 não criou nenhum emprego alternativo sustentável nos vilarejos. Em vez disso, as pequenas indústrias orientadas para essas comunidades, como a tecelagem, o tear manual, a fabricação de sabão, a preparação de alimentos etc., que forneciam alguns empregos não agrícolas para as mulheres rurais, foram dizimadas, com as indústrias corporativas assumindo a maioria dos mercados para esses produtos. As indústrias modernas que se desenvolveram ao longo dos anos não foram apenas incapazes de compensar a perda de empregos agrícolas, mas também ficavam, em sua grande maioria, distantes da Índia rural. Essas indústrias se concentravam principalmente em bolsões industriais de certos estados e regiões, para os quais trabalhadores de estados agrícolas pobres como Uttar Pradesh, Bihar, West Bengal, Odisha e Madhya Pradesh migravam para ganhar a vida.

Os trabalhadores agrícolas homens deslocados passaram cada vez mais para trabalhos não agrícolas durante os anos de alto crescimento no setor não agrícola. Isso inevitavelmente implicava uma mudança do local de trabalho para longe dos vilarejos, como é o caso de muitos homens que migram a curto ou longo prazo para

áreas urbanas e metropolitanas para trabalhar na construção, hotelaria, transporte, comércio varejista e outros setores que empregam a maior parte da força de trabalho informal da Índia. Para as mulheres é muito mais difícil fazer essa mudança com êxito.

A redução do emprego agrícola, que não é compensada por nenhuma outra forma de emprego, significou que uma proporção significativa das mulheres rurais que permaneceram nos vilarejos foram lançadas ao desemprego de longa duração. Isso criou a percepção de que elas não estavam disponíveis para trabalhar fora de casa. Aquelas que ainda fazem parte oficialmente da força de trabalho rural estão, em sua maioria, em subempregos mal remuneradas, totalmente dependentes do pouco trabalho disponível – como tarefas agrícolas ainda não mecanizadas, obras rurais, trabalhos do Programa Nacional de Garantia de Emprego Rural Mahatma Gandhi, serviços domésticos mal pagos feitos para famílias camponesas em melhor situação etc. A maioria das mulheres que migra com suas famílias e se torna parte do meio urbano tem poucas opções de emprego para além daqueles mais mal remunerados e exploradores como cozinhar, limpar e outros trabalhos domésticos, ou em trabalhos terceirizados também mal pagos, feitos em casa, como costura, bordado e embalagem de produtos.

As altas taxas de crescimento econômico da Índia não contribuíram para um aumento proporcional no emprego. Como resultado, os trabalhadores indianos enfrentam graves problemas de desemprego e subemprego. O percentual de trabalhadores regularmente empregados é muito baixo, e os trabalhadores urbanos se dedicam principalmente a atividades informais e temporárias. Além do preconceito

e da discriminação em relação às mulheres, esses altos níveis de desemprego, mesmo entre os homens, garantem que, exceto no que é considerado trabalho específico de mulheres, os empregadores quase sempre contratem um homem em vez de uma mulher.

Mulheres com filhos pequenos gastam em média sete horas e trinta e dois minutos por dia com o trabalho doméstico e de cuidados. Se considerarmos também o tempo de deslocamento para o local de trabalho (60-90 minutos é o tempo médio diário de deslocamento para os homens), as mulheres têm dificuldade em se adaptar a um local de trabalho com uma jornada de oito horas ou mais e com um empregador exigente. O trabalho informal é ainda mais difícil para as mulheres que precisam cumprir as responsabilidades domésticas, uma vez que muitas vezes se exige que os e as trabalhadoras se desloquem em busca de trabalho e frequentemente tenham que se mudar para vários locais com base na disponibilidade de trabalho.

Embora elas recebam os salários mais baixos pelo trabalho agrícola em comparação com outros setores, esse setor tem a vantagem de proporcionar flexibilidade para cuidar dos filhos e da casa, além de requerer menor tempo de deslocamento. Portanto, até certo ponto, as mulheres rurais são capazes de conciliar seu papel de cuidadoras principais da família ao mesmo tempo que assumem um emprego externo.

Na Índia urbana, a maioria dos escritórios não possui a cultura de oferecer creches. No setor informal, a questão sequer está na ordem do dia. Os governos não oferecem creches públicas gratuitas ou acessíveis em uma escala adequada para mulheres de baixa renda. A

ideia de licença maternidade no setor informal não existe. Na verdade, as leis trabalhistas que tornam a licença-maternidade e creches obrigatórias resultaram na perda de empregos das mulheres, pois os empregadores simplesmente evitam contratá-las para não ter que fornecer essas instalações. Hoje, para ter acesso a empregos no setor de TI, as mulheres são obrigadas a aceitar horários noturnos, renunciando aos benefícios legais conquistados a duras penas que determinam que as mulheres não podem ser obrigadas a trabalhar no período da noite.

Nas áreas urbanas, as taxas de participação das mulheres no trabalho são frequentemente mais altas, tanto entre a pequena minoria de mulheres com alto nível de escolaridade quanto entre as mulheres analfabetas ou semianalfabetas. Em uma extremidade desse espectro estão as mulheres que são em grande parte compelidas a trabalhar devido à extrema pobreza, muitas vezes ficando sob a iminência de passar fome. Entre outros empregos, muitas assumem o trabalho doméstico de várias famílias por salários muito baixos. No outro extremo estão as mulheres em profissões cujos salários são altos o suficiente para que possam empregar trabalhadoras domésticas para realizar grande parte do trabalho doméstico que as mulheres geralmente realizam para suas famílias. É irônico que a capacidade de um setor de mulheres de classe média para trabalhar e ganhar independência econômica, liberar-se do trabalho doméstico enfadonho, e ter um sentimento de realização e emancipação dependa da disponibilidade de mulheres miseráveis da classe trabalhadora, cujas condições são tão desesperadoras que se veem forçadas a trabalhar por salários extremamente baixos.

É geralmente aceito que a independência econômica é uma condição necessária, embora insuficiente, para que as mulheres alcancem status de igualdade na sociedade. Atualmente, a independência econômica está ausente para 75% das mulheres indianas que estão desempregadas. A maioria das 25% restantes ganha salários tão baixos que é difícil evitar a fome, quanto mais obter independência financeira. Em tal situação, pode uma minoria de mulheres das classes média e alta, consideradas economicamente independentes, alcançar a igualdade quando sua luta pela igualdade está separada das condições do resto das mulheres?

Também há ampla evidência de abuso físico e sexual, bem como discriminação no local de trabalho em relação às mulheres assalariadas em cargos executivos. A violência é dirigida especialmente a mulheres trabalhadoras e àquelas que se atrevem a se engajar em espaços públicos, uma retaliação patriarcal pela violação dos papéis de gênero. As estatísticas mostram que as mulheres trabalhadoras na Índia têm uma probabilidade maior de serem submetidas à violência física: quase 40% a sofreram em comparação com 26% das não trabalhadoras.

A falta de independência econômica para a maioria das mulheres desempenha um papel vital na sustentação de atitudes regressivas em relação às mulheres nas famílias e comunidades a longo prazo. Independentemente de status, classe e renda, todas as mulheres estão sujeitas a isso.

Essas são as condições socioeconômicas em que as mulheres indianas lutam por sua dignidade, liberdade e direitos como seres humanos.



Combatentes da Luta Armada de Telangana (1946-51), uma insurreição camponesa liderada por comunistas contra o domínio autocrático de Nizam (monarca) do estado principesco de Hyderabad e contra a exploração feudal dos senhores de terra.

Ilustração: [Navya](#) (Índia) / [Young Socialist Artists](#)

Foto de referência: Sundarayya Vignana Kendram (Telangana, 1948)

A luta das mulheres por igualdade

Apesar das restrições impostas repetidamente às mulheres indianas por suas condições socioeconômicas, elas encontraram sua voz coletiva para lutar por seus direitos. Um vibrante movimento de mulheres existe em várias partes da Índia, que ao longo dos anos tem lutado contra a apatia do Estado em relação à condição das mulheres em geral, alcançando grandes e pequenas vitórias na afirmação dos direitos constitucionais das mulheres como cidadãs e trabalhadoras.

Na Índia, assim como em muitas outras nações do Terceiro Mundo que nasceram das lutas contra a opressão colonial, o nascimento do movimento de mulheres está intimamente ligado às lutas contra todos os tipos de opressão e exploração – tanto que qualquer conversa sobre o movimento de mulheres necessariamente implica falar de lutas anticoloniais, lutas camponesas, movimentos de trabalhadoras/es e contra a opressão de castas. A primeira articulação significativa e clara das mulheres como seres políticos independentes ocorreu nessas lutas.

Quando a luta anticolonial na Índia estava no auge em diferentes partes do país, as mulheres se mobilizaram em grande número contra o domínio colonial, boicotando mercadorias britânicas, desafiando as leis tributárias coloniais e defendendo seus vilarejos contra as atrocidades policiais. A participação das mulheres contribuiu para o maior apelo democrático do movimento pela independência da Índia; por sua vez, o movimento pela independência teve que reconhecer as

mulheres nos espaços políticos e se comprometer a aceitar seus direitos de cidadania como iguais aos dos homens. Embora esses direitos fossem um anátema para grandes setores da população indiana, os líderes do movimento de libertação que eventualmente se tornaram líderes da Índia independente tiveram que aceitar as reivindicações de igualdade daquelas que lutaram lado a lado com eles, resultando na incorporação de direitos iguais para as mulheres na Constituição da Índia independente em 1950.

As lutas camponesas contra a exploração colonial e feudal tiveram um impacto ainda mais profundo no despertar político das mulheres. Enquanto o movimento de libertação liderado pelo Congresso Nacional Indiano atraiu um grande número de mulheres das classes médias, as lutas agrárias militantes lideradas em grande parte pelo Partido Comunista – a luta armada Telangana, o Movimento Tebhaga, a Revolta Warli Adivasi e outras mobilizações semelhantes em diferentes regiões – trouxeram mulheres da classe trabalhadora e camponesas para as lutas emancipatórias militantes. As mulheres rurais que participaram dessas lutas não apenas se mobilizaram contra a exploração dos latifundiários, mas também foram capazes de compreender e articular suas próprias questões como mulheres, camponesas e trabalhadoras em uma sociedade de classes. Acima de tudo, pela primeira vez, as mulheres na Índia rural experimentaram o poder de sua própria ação coletiva e perceberam seu papel para além daquele circunscrito por uma sociedade patriarcal feudal. Pode-se dizer que essas lutas lançaram as bases para o movimento das mulheres indianas e contribuíram para sua profunda presença entre as classes exploradas da sociedade.

Desde o início, o movimento das mulheres indianas teve duas grandes vertentes na forma como aborda a questão da igualdade das mulheres. A primeira carrega o legado do movimento de libertação indiano e constrói as lutas das mulheres majoritariamente em torno de direitos políticos e cidadãos. Essa abordagem é adotada por organizações autônomas de mulheres e ativistas independentes que fazem campanha e pressão sobre diferentes temas, como legislação progressiva para lidar com a violência doméstica, estupro e violência sexual, assédio por dotes, direitos de propriedade e violações de direitos humanos. Cada organização ou ativista frequentemente se especializa em um determinado tema. Embora o número dessas organizações e ativistas seja significativo, elas não têm uma presença enraizada entre as massas. Seu funcionamento se limita em grande parte à propaganda entre as classes médias e à pressão em círculos políticos. Embora tenha sido de valor para o movimento das mulheres em geral, ainda assim é limitado em seu potencial e em sua visão de longo prazo para a emancipação das mulheres.

A segunda abordagem da questão das mulheres nasceu das mobilizações femininas em vários movimentos camponeses e operários. Essa abordagem não é contraditória ou dicotômica à primeira; em vez disso, a unifica com o entendimento de que a luta das mulheres contra o patriarcado envolve necessariamente um confronto com estruturas de classe exploradora e que as mulheres não são apenas mulheres, mas também camponesas, trabalhadoras agrícolas, trabalhadoras industriais e assim por diante.

Ao longo dos anos, as organizações que seguiram a segunda abordagem evoluíram para um forte movimento de esquerda das mulheres

na Índia. Hoje, essas são as organizações de mulheres mais militantes e ativas, com uma presença significativa entre as camponesas e as mulheres da classe trabalhadora, bem como entre a classe trabalhadora urbana e a classe média baixa. Nas regiões onde estão presentes, essas organizações de mulheres trabalham de forma independente nas questões das mulheres, ao mesmo tempo que lutam ao lado dos movimentos camponeses e trabalhistas. A presença de movimentos camponeses de esquerda e da classe trabalhadora nas comunidades ajuda e cria um ambiente favorável para militantes do movimento de mulheres em suas próprias famílias e comunidades. Isso se reflete no fato de que as regiões onde o movimento de mulheres fez avanços significativos e empreendeu grandes mobilizações são em grande parte regiões com uma presença histórica notável de movimentos camponeses e da classe trabalhadora. Além disso, trabalhar junto a essas organizações de classe permite que o movimento de mulheres construa apoio para suas demandas para além de sua própria base. Por outro lado, o movimento de mulheres também incorpora demandas específicas das trabalhadoras de outros movimentos, como salários iguais para trabalho igual, licença-maternidade, creches nos locais de trabalho e mecanismos de reparação e prevenção contra o assédio sexual no trabalho.

Apesar das duas abordagens diferentes, organizações de mulheres e ativistas de todas as orientações se reuniram e se coordenaram frequentemente em várias reivindicações e problemáticas, bem como em lutas específicas. Em grande parte, isso ocorre porque o próprio movimento de esquerda entende a importância de abordar as questões dos direitos humanos e de cidadania das mulheres e, ao mesmo tempo, enfrentar as estruturas de classe da sociedade.



Uma manifestante levanta palavras de ordem em uma marcha em Nova Délhi organizada em conjunto pela Associação Democrática de Mulheres de Toda a Índia, a Federação de Estudantes da Índia, a Federação Democrática de Jovens da Índia, e a Central de Sindicatos Indiana, que reivindicava ações para deter a violência sexual contra mulheres na Índia. A marcha foi parte de um movimento massivo após o estupro coletivo de uma jovem em Nova Délhi, em 16 de dezembro de 2012.

Ilustração: [Tings Chak](#) (China) / [Instituto Tricontinental de Pesquisa Social](#)

Foto de referência: [Subin Dennis](#) (Índia) / [Instituto Tricontinental de Pesquisa Social](#) (Delhi, 23 dez. 2012)

Enfrentando a violência patriarcal

A maioria dos incidentes de violência sexual é perpetrada por parceiros íntimos (86%) ou por parentes e amigos. Trinta por cento das mulheres indianas casadas foram espancadas pelos maridos, um tipo de violência que encontra aceitação social dentro das famílias; a dependência econômica e psicológica das mulheres de suas famílias dificulta tratar do tema. Frequentemente, as mulheres procuram ajuda apenas quando a violência atinge níveis considerados intoleráveis. Apenas 2% dos casos chegam à delegacia. Nesse ponto, a polícia normalmente tenta persuadir a mulher a ceder e a chegar a um acordo com seu agressor. É necessária a intervenção de mulheres da vizinhança ou de organizações para forçar a ação policial. Muitas vítimas optam por evitar essa via porque os procedimentos policiais e legais são onerosos e incertos e, muitas vezes, elas e seus filhos dependem totalmente do autor da violência para sua sobrevivência. Além disso, o medo do estigma social tem grande influência em não incentivá-las a recorrerem a recursos legais. Nos casos em que as mulheres apelam à polícia e aos tribunais, muitas vezes só conseguem fazê-lo porque as organizações de mulheres fornecem assistência jurídica e aconselhamento para encorajá-las.

Devido à natureza familiar da maior parte da violência de gênero, as organizações de mulheres têm dificuldade para intervir diretamente. Assim, o movimento tem lutado nos processos políticos e jurídicos para pressionar a criação de leis que apoiem as mulheres que lutam contra a violência física e sexual. Foram precisos incidentes

de violência hedionda para mobilizar as pessoas em torno da reivindicação de promulgação de legislação em apoio aos direitos das mulheres.

[Mathura] Em 1972, o estupro de Mathura, uma garota de 14 anos de uma comunidade tribal em Maharashtra, por dois policiais, gerou protestos generalizados entre as mulheres. Mathura, que compareceu à delegacia para testemunhar em um processo contra o garoto com quem mantinha um relacionamento, foi estuprada pelos policiais que a convocaram. Sua batalha legal de sete anos expôs a inadequação, os preconceitos, a ignorância e a misoginia absoluta do Judiciário e da polícia. O julgamento final da Suprema Corte da Índia concluiu que Mathura, de 14 anos, não poderia ter sido estuprada, pois ela era uma garota tribal de moral frouxa que já não era virgem, não fez soar o alarme, não sofreu ferimentos visíveis em seu corpo e muito provavelmente incitou os policiais embriagados a ter relações sexuais com ela. O estupro sob custódia pela polícia e a misoginia aguda e preconceito antitribal demonstrado pela mais alta corte da nação em relação a Mathura motivou o que é provavelmente a primeira mobilização nacional contra a violência sexual, liderada por organizações de mulheres e uma variedade de militantes. Os protestos, juntamente com os esforços subsequentes de ativistas e mulheres parlamentares da esquerda, obrigaram o parlamento a emendar o código penal e a promulgar leis para transferir o ônus da prova de agressão sexual da vítima para o acusado e reconhecer o estupro sob custódia como uma ofensa inequívoca.

[Mortes por dote] No início dos anos 1980, uma onda de mortes violentas e amplamente divulgadas por dote ocorreu em todo o país.

As mulheres eram pressionadas por mais dotes após o casamento e, se não pudessem cumprir essas exigências, eram frequentemente queimadas até a morte por seus maridos e sogros. Os perpetradores alegavam que esses assassinatos eram suicídios ou mortes acidentais devido a incêndios em cozinhas. Embora a violência e as mortes relacionadas ao dote não fossem novas, a expansão das organizações e grupos de mulheres durante esse tempo levou a um movimento nacional com mulheres tomando as ruas. Isso, por sua vez, levou à promulgação de uma lei que coloca o ônus sobre o marido e seus familiares de provar sua inocência se uma mulher morrer dentro de um período de sete anos após o casamento devido a queimaduras ou lesões corporais. No entanto, esses ataques continuam até hoje.

[Estupro coletivo] Em 1992, Bhanwari Devi, uma assistente social mal remunerada do governo, sofreu um estupro coletivo perpetrado por homens da casta dominante em seu vilarejo. Uma de suas responsabilidades como assistente social era evitar o casamento infantil, e havia tentado impedir o casamento de uma menina de 9 anos. Por esse motivo, enfrentou o assédio, começando com o boicote social e econômico de sua família, e depois a violência contra sua família. Em seguida, cinco homens estupraram Bhanwari Devi na frente de seu marido, que foi espancado pelos agressores.

A polícia demorou a registrar o caso, os leigos inicialmente se recusaram a examiná-la (e demoraram tanto para realizar o exame que as evidências se diluíram), cinco juizes foram inexplicavelmente retirados do caso e, em 1995, o sexto juiz absolveu os agressores sob justificativas ridículas (que homens de uma casta superior não estuprariam uma mulher de uma casta inferior e que ela não poderia ter sido

estuprada na presença de seu marido). O apoio de pessoas da casta dominante aos estupradores foi tal que o membro do parlamento local, pertencente ao Partido Bharatiya Janata (BJP) de extrema direita, organizou um ato pela vitória dos agressores após sua absolvição. O empregador de Bhanwari Devi, o governo do estado do Rajasthan, não tomou nenhuma medida para apoiá-la ou prevenir a violência sexual no futuro. Sua própria posição corajosa e o apoio de milhares de mulheres que se uniram em sua causa pressionaram o Parlamento e o Judiciário, abrindo caminho para um julgamento histórico da Suprema Corte da Índia, conhecido como o julgamento de Vishaka, que estabeleceu diretrizes para lidar com casos de assédio sexual no local de trabalho.

O julgamento de Vishaka de 1997 responsabiliza os empregadores por garantir um ambiente de trabalho seguro para as mulheres e por fornecer um mecanismo para lidar com o assédio sexual no local de trabalho. Ao longo dos anos, estudantes de muitas universidades têm lutado para que essas diretrizes sejam implementadas em suas instituições. Ainda hoje, as mulheres trabalhadoras exigem e lutam para que essas diretrizes sejam implementadas em seus locais de trabalho.

Embora o estupro seja comum na Índia, menos de 1% das vítimas de agressão sexual denunciam os casos à polícia. O tipo de violência sexual brutal infligida a mulheres como Bhanwari Devi é um instrumento do patriarcado destinado àquelas que ousam ir além de seus papéis tradicionais em uma sociedade conservadora. O que é notável é que essas mulheres mostram uma determinação extraordinária em sua luta, o que permitiu ao movimento de mulheres um espaço mais

amplo para fazer campanha e pressão contra o sistema para que promulgue uma legislação progressista.

Para as mulheres indianas, metade das quais não tem permissão para sair por conta própria, os direitos garantidos pela lei e conquistados pelo movimento de mulheres raramente chegam a existir de fato. O isolamento delas da esfera pública e do coletivo impede a reparação de casos de violência sexual. É por isso que os atos de mulheres como Bhanwari Devi são extraordinários. Embora as batalhas por uma nova legislação sejam importantes para abrir possibilidades para as mulheres que estão preparadas e equipadas para avançar essas lutas, essas batalhas não substituem a necessidade de as mulheres assumirem coletivamente a violência, o assédio e a discriminação que enfrentam em suas próprias comunidades diariamente. O movimento de mulheres de esquerda provou a possibilidade de tais mobilizações coletivas – apesar das restrições enfrentadas.

[O Movimento Anti-Arak] Na década de 1990 em Andhra Pradesh, as mulheres se mobilizaram coletivamente contra a violência doméstica e contra o arak, uma bebida alcoólica destilada e barata. Naquela época, o estado registrava o maior consumo de álcool. Os governos estaduais, com suas receitas comprimidas em decorrência da implementação de políticas neoliberais, recorreram ao imposto especial de consumo sobre o álcool para arrecadar fundos. Na Índia, quase 30% dos homens e cerca de 1% das mulheres consomem álcool. Os dados mostram uma conexão entre o consumo de álcool e a violência patriarcal: 71% das mulheres cujos maridos bebem frequentemente relatam violência doméstica, em comparação com 22% das mulheres cujos maridos não bebem. Quando o governo impulsionou a venda

de arak, a violência doméstica e sexual nas comunidades aumentou. Mulheres de famílias de trabalhadores agrícolas – predominantemente *dalits* – se opuseram aos homens de suas famílias, ao comércio de bebidas e à máquina estatal.

O movimento anti-arak começou durante a época em que o movimento de esquerda das mulheres e o Movimento de Ciência Popular adotaram a campanha de alfabetização de adultos em vários vilarejos. Quando as mulheres se reuniram no processo da campanha de alfabetização, suas discussões logo se voltaram para seus próprios problemas, especialmente a violência doméstica movida pelo álcool. Este não foi o único problema: a grande parte dos salários que vai para o consumo de álcool, incluindo os próprios salários das mulheres, que muitas vezes são roubados para a compra de bebidas alcoólicas por homens, também significou que alimentar as crianças e cuidar da casa se tornava difícil.

Na aldeia de Dubbaka, onde episódios particularmente violentos ocorreram sob a influência do álcool, as mulheres que se reuniram durante a campanha de alfabetização destruíram a loja de bebidas local. Logo, o movimento de mulheres em todo o estado adotou esse método e as mulheres se mobilizaram, um vilarejo atrás do outro, para destruir lojas de bebidas, quebrar o fornecimento de bebidas alcoólicas, interromper os leilões de licenças de bebidas pelo governo e, às vezes, trancar os homens em casa, bem como confrontar fisicamente homens da comunidade, a polícia e os capangas contratados por empresas de bebidas alcoólicas. As mulheres continuaram esse movimento por dois anos, até que o governo do estado foi forçado

a proibir a venda de álcool (embora a proibição tenha sido suspensa depois de alguns anos).

O movimento anti-arak ainda é um poderoso ponto de mobilização para as mulheres em muitos estados e comunidades, embora as mobilizações de hoje nem sempre alcancem a escala da agitação de 1992, já que as proibições muitas vezes foram diluídas e posteriormente levantadas pelos governos estaduais. Um fator importante que ajudou o movimento anti-arak de 1992 foi a presença de organizações camponesas e operárias de esquerda no estado que apoiaram fortemente as mulheres mobilizadas e ativistas nos vilarejos.



Uma mulher muçulmana protesta contra a Lei de Cidadania (Citizenship Amendment Act - CAA).

Ilustração: [Jazila Lulu](#) (Índia) / [Young Socialist Artists](#)

Foto de referência: [Vikas Thakur](#) (Índia) / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (Délhi, dez. 2019)

Mulheres na política

Níveis crescentes de alfabetização e educação, maior exposição à mídia visual e impressa e envolvimento em movimentos contra o arak, dotes, aumento de preços e diminuição de renda – entre outras questões – aprofundaram o envolvimento das mulheres na atividade política, inclusive nas eleições. Os partidos políticos desenvolveram mecanismos para atraí-las por meio de promessas direcionadas, como programas de fornecimento de gás de cozinha, construção de banheiros, distribuição de pensões para mulheres, acesso ao crédito e subsídios para grupos de apoio. Embora isso não seja um fardo orçamentário imenso para os governos, para as mulheres de famílias de baixa renda e pouca independência econômica, mesmo esses pequenos gestos podem ser pontos de partida para aliviar sua angústia.

No entanto, o aumento da participação das mulheres na política não levou a um aumento substancial de mulheres em cargos eleitos ou na liderança de partidos políticos, incluindo os de esquerda. Apenas 14% dos membros do atual Parlamento indiano (2019-2024) são mulheres. Por décadas, as organizações de mulheres exigiram 33% de reserva para as mulheres nas legislaturas. A maioria dos partidos – exceto a esquerda – apenas enaltece essa reivindicação da boca para fora, enquanto na verdade trabalha para miná-la. Por exemplo, o atual primeiro-ministro, Narendra Modi do BJP, prometeu, antes das eleições, reservar 33% dos assentos no Parlamento para mulheres. No entanto, apesar da maioria bruta de que seu partido desfruta

no atual Parlamento, ele manteve um silêncio estudioso sobre o assunto após as eleições.

Quando se tratou de eleições para instituições de governo autônomo locais em vilarejos e áreas urbanas, o governo indiano concordou com a exigência de reservar 33% dos assentos para mulheres (desde 1992, essas reservas foram implementadas neste nível). Vários estados foram além de 33% e reservaram 50% dos assentos para mulheres. Muitos anteciparam que haveria reserva para as mulheres nas legislaturas estaduais e no parlamento, mas isso não aconteceu.

As instituições de governo autônomo locais recebem apenas uma pequena fração dos fundos do governo, mas o impacto das mulheres na política nesse nível tem sido significativo. Embora seja verdade que, em muitos casos, as mulheres parentes de homens que são líderes políticos locais disputam essas cadeiras, também é verdade que frequentemente desenvolvem suas próprias carreiras e, às vezes, estabelecem novos padrões importantes. A visibilidade das mulheres em espaços de poder local por si só foi revolucionária para as sociedades dos vilarejos. A autonomia de participação das mulheres nas instituições autônomas locais é maior nas regiões onde há presença de movimentos de mulheres, camponeses e trabalhadores.



Trabalhadoras de creches protestam contra o tratamento injusto do governo Modi contra as mulheres e trabalhadores/as.

Ilustração: Daniela Ruggeri (Argentina) / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Foto de referência: Sumedha Pal / [Newsclick](#) (Délhi, fev. 2019)

Na era neoliberal

Nos últimos trinta anos, o movimento de esquerda das mulheres na Índia fez intervenções significativas entre as mulheres, intensificando suas mobilizações em uma ampla gama de questões e enfrentando o neoliberalismo. O movimento adotou uma estratégia de duas vertentes: mobilizou as mulheres em questões relacionadas a salários sociais e, no processo, forjou a resistência das mulheres contra a violência e a discriminação em suas próprias famílias e comunidades. Em 1981, várias organizações femininas de esquerda com origem nas lutas camponesas e da classe trabalhadora em toda a Índia se uniram para formar a Associação de Mulheres Democráticas de Todas as Índias (AIDWA, na sigla em inglês). Hoje, a AIDWA é a maior organização de mulheres da Índia em termos de filiação, distribuição geográfica e capacidade de abordar uma série de novas questões que surgiram nesse período.

O movimento de mulheres em grupos de apoio

A intensa angústia agrária, a miséria econômica generalizada e o aumento da pobreza durante o período das reformas neoliberais incentivaram o movimento das mulheres a se organizar em torno da questão dos salários sociais. Quando os governos tentaram cortar gastos no sistema de distribuição pública (PDS, na sigla em inglês), reduzindo o número de cartões de alimentação e a quantidade de grãos e provisões desembolsadas por meio do PDS, o movimento

feminista de esquerda tomou a iniciativa de mobilizar as mulheres localmente, bem como em todo o país, contra os cortes de fundos. Em estados como Tamil Nadu, Andhra Pradesh e Karnataka, a esquerda organizou as mulheres em bairros e vilarejos da classe trabalhadora para exigir que lojas de alimentação fossem instaladas nas localidades e para lutar por cartões e alimentos adequados. As mulheres aprenderam a lidar com as autoridades locais exigindo comida e comodidades básicas como água, iluminação pública e estradas.

Da mesma forma, as mulheres se mobilizaram quando os preços dos produtos essenciais aumentaram, pois entenderam que os aumentos de preços afetam diretamente a alimentação e lutaram em nível local para que os programas governamentais fossem implementados. Embora grande parte das mulheres tenha se retirado da força de trabalho devido à disponibilidade decrescente de empregos, elas estavam, no entanto, na vanguarda das lutas para manter os salários sociais de famílias e comunidades. As militantes evoluíram a partir do processo dessas lutas.

Enquanto isso, como parte de sua estratégia neoliberal, o Banco Mundial defendia esquemas de microfinanciamento para comunidades da classe trabalhadora que se tornariam novas clientes do setor financeiro. O microfinanciamento foi apresentado como um antídoto para as dificuldades econômicas e para o consumo deflacionado da classe trabalhadora. O Banco apresentou essa expansão do capital financeiro como “empoderamento” para as mulheres. Organizações não governamentais entraram no setor para aproximar as mulheres, reunir suas escassas economias e solicitar crédito ao qual não tinham

acesso antes. Esse crédito deveria ser usado para atividades de geração de renda que as tirariam da pobreza. O governo indiano criou os chamados grupos de apoio, uma forma de grupos de microcrédito financiados por bancos públicos, bem como por governos estaduais e nacional. Atualmente, o número de membros desses grupos chega a quase 60 milhões, ou mais de 12% da população feminina adulta da Índia.

Inicialmente, o movimento de mulheres teve reservas em relação aos grupos de apoio, que são uma espécie de grupos de microcrédito. Tais reservas não eram infundadas. Há uma tendência crescente de grupos de microcrédito de mulheres sendo formados sob o patrocínio de empresas de microfinanças que têm causado estragos entre as mulheres. Ao contrário dos grupos apoiados pelo governo, esse novo conjunto de grupos de microcrédito não é financiado por bancos públicos nem pelo governo. As empresas fazem empréstimos a juros exorbitantes. Uma vez que todas integrantes do grupo são conjuntamente responsáveis pelos reembolsos oportunos, a dinâmica resultante destrói os laços sociais entre as mulheres. A incapacidade de uma integrante de pagar seu empréstimo resulta em censura, desconfiança e violência por parte de outras mulheres do grupo, bem como dos capangas das empresas de microfinanças.

Essa coerção social, juntamente com taxas de juros usurárias (chegando, por vezes, à 60%), levou a um sofrimento imenso, incluindo uma onda de suicídios e – não surpreendentemente – à oposição das mulheres a essas corporações de microcrédito.

Os movimentos de mulheres de esquerda trabalharam com os grupos de apoio para lutar contra o funcionamento explorador das empresas de microfinanças e para usá-los como locais de mobilização. Na ausência de locais de trabalho coletivos, uma vez que as mulheres foram expulsas da força de trabalho, esses grupos oferecem caminhos para a organização das mulheres. A esquerda organizou as mulheres nesses espaços em torno de reivindicações por taxas de juros mais baixas, subsídios governamentais mais altos e uma moratória sobre empréstimos e pagamentos de juros durante tempos difíceis como a pandemia Covid-19, quando mulheres com pouca ou nenhuma renda não tinham condições de pagar empréstimos. Nas regiões onde o movimento de mulheres interveio nos grupos, elas são altamente políticas e ativas na luta contra o assédio por dote, contra o arak e superstições, bem como participam de reuniões nos vilarejos e abordam outras questões nas comunidades.

Em Kerala, Kudumbashree – que é um sistema altamente evoluído de grupos de apoio com incentivo e subsídio substancial do governo de esquerda e uma adesão de 4,5 milhões de mulheres – tornou-se um modelo para o desenvolvimento de ações econômicas e políticas e poder entre as mulheres. As mulheres rurais, que constituem a maioria dos membros das organizações de mulheres de esquerda, têm estado na linha de frente contra a aquisição forçada de terras agrícolas em vários estados, exigindo mais empregos e melhores salários por meio do Programa Nacional de Garantia de Emprego Rural Mahatma Gandhi. Tanto a campanha dentro dos grupos quanto a luta pela implementação de programas são mais fortes onde

o movimento das mulheres se desenvolveu em conjunto com movimentos de esquerda e democráticos. Em contraste, o movimento de mulheres tem sido fraco onde esses movimentos mais amplos estão ausentes, apontando para a necessidade de movimentos contra a exploração de classe para o desenvolvimento de um movimento de mulheres robusto.

Enfrentando as castas

A casta é um sistema de hierarquia social infame e amplo. Os *dalits*, as comunidades mais discriminadas do sistema, enfrentam diariamente humilhações visíveis e invisíveis. Embora tal discriminação seja ilegal, essas práticas continuam de formas variadas, em constante evolução, nas sociedades rurais e urbanas. A lista de humilhações é longa: são proibidos de entrar no templo do vilarejo e de andar em certas ruas, mesmo com sapatos e roupas elegantes; não podem consumir água potável de poços específicos, celebrar por bons resultados de exames ou mesmo beber em certos tipos de copos; não podem pedir salários mais altos. Se algum *dalit* quebrar essas “regras”, não apenas a pessoa enfrentará punição; sua comunidade também enfrentará punições coletivas, incluindo violência sexual contra mulheres e crianças. A violência das castas dominantes sempre encontra alvos fáceis nos corpos das mulheres *dalit*. Incidentes de mulheres dessa casta sendo estupradas, forçadas a desfilar nuas, brutalmente espancadas e forçadas a beber urina por uma série de supostas violações das normas de casta são extremamente comuns.

Apesar de várias leis que deveriam lhes dar proteção, as mulheres e os homens *dalits* – que dependem das castas superiores para sua subsistência, já que muitos *dalits* são trabalhadores temporários sem terra – têm poucos recursos contra a opressão e a violência. Mesmo quando uma família *dalit* consegue alcançar uma prosperidade relativa, isso por si só se torna um motivo para violência.

As mulheres *dalit*, que são em sua maioria trabalhadoras agrícolas, estão entre as trabalhadoras com salários mais baixos na economia indiana. Apesar de sua tripla opressão de casta, classe e gênero, um fato não reconhecido é que elas têm conformado um dos setores mais militantes do movimento feminista e constituem uma proporção significativa das integrantes de grandes organizações de mulheres de esquerda, como a AIDWA. Apesar de serem alvos fáceis de vários tipos de violência, as mulheres *dalit* se mobilizaram em diversas lutas locais do movimento feminista que não aparecem na mídia nacional. No entanto, embora haja uma grande presença de mulheres *dalit* dentro das organizações de mulheres de esquerda, as questões ligadas à sua posição de casta não foram abordadas de forma significativa. Embora o movimento de mulheres tenha reagido a atrocidades específicas contra as *dalit* por meio de apoios legais e outros, e realizado protestos exigindo ação judicial, essas mobilizações sobre essas questões não são constantes.

Isso mudou na era neoliberal, quando um movimento de mulheres de esquerda mais organizado começou a abordar questões específicas das mulheres *dalit* de maneira significativa em estados como Tamil Nadu. Quando assim fizeram, mulheres militantes de comunidades

dalit, junto com suas companheiras de outras comunidades, assumiram a luta contra as várias formas de intocabilidade e discriminação que enfrentavam na vida diária e lideraram lutas destacando a falta de água potável, salões comunitários e cemitérios em bairros *dalit*. Elas confrontaram a polícia, as administrações distritais e o estado com a solidariedade e o apoio do movimento de esquerda mais amplo dessas regiões. Embora as práticas discriminatórias ainda continuem, uma vez que a base material para a opressão de casta permanece, as mulheres *dalit* cresceram em militância e liderança em movimentos e na vida política, o que é muito importante para o movimento de mulheres. Embora a AIDWA e outras organizações de mulheres tenham intervindo regularmente durante os incidentes de violência de castas na Índia, o exemplo de Tamil Nadu ainda não foi reproduzido em todo o seu potencial em outras partes do país.

O período após a ascensão ao poder do BJP, um partido declaradamente Manuvadi, testemunhou um grande surto de violência a que mulheres, meninas e crianças *dalit* são submetidas em muitas partes do país, especialmente nos estados governados pelo BJP. Em vários casos, os autores dos crimes eram líderes do BJP que receberam total apoio do governo. Também houve casos como o de Hathras, em Uttar Pradesh, onde uma jovem pertencente à comunidade da casta Balmiki (uma casta *dalit*) foi estuprada por quatro homens de casta superior. Ela morreu logo depois. O governo do estado de Uttar Pradesh, onde ocorreu o incidente, afirmou repetidamente que não houve estupro. Só depois de insufladas manifestações por todo o país é que os acusados foram presos. A família da vítima ainda não foi indenizada e vive um clima de medo e insegurança.

Enfrentando o comunalismo

A ascensão do setor hindu da direita no domínio político representou um desafio significativo e um obstáculo ao movimento das mulheres. Um exemplo disso é o surgimento de uma forte retórica antimuçulmana centrada em torno do controle dos corpos das mulheres e a negação da autonomia para mulheres hindus e muçulmanas. O conceito de “jihad de amor” foi desenvolvido pela direita para deslegitimar casamentos inter-religiosos, atacar as escolhas de mulheres jovens e criminalizar os homens muçulmanos. Uma combinação de grupos de vigilantes estaduais e paraestatais assumiram a “responsabilidade” de ensinar aos casais inter-religiosos uma “lição” por meio da violência e da humilhação com total impunidade. Leis foram aprovadas por vários governos estaduais liderados pelo BJP que invalidam os casamentos entre comunidades. Embora essas leis sejam usadas para vitimar e perseguir famílias e homens muçulmanos, elas permitem a tortura e diversos tipos de maus-tratos às mulheres hindus, ao mesmo tempo que as privam do direito de escolher seus parceiros de vida. Eles reforçam a crença de que as mulheres são propriedade de suas famílias, e devem ser eliminadas da forma que a família escolher. Embora o judiciário tenha amplamente adotado uma posição firme a favor do direito dos adultos de escolher seus parceiros, as ameaças de direita e a violência contra os jovens que escolhem parceiros de comunidades diferentes da sua continuam inabaláveis.

O horror infligido aos corpos das mulheres muçulmanas durante o pogrom de Gujarat, em 2002, quando Narendra Modi era o ministro-chefe do Estado, ainda está fresco na mente daqueles envolvidos no movimento de mulheres. A violência hedionda – que incluiu estupros coletivos e assassinatos, eviscerando o ventre de mulheres grávidas e quebrando cabeças de crianças – abalou mulheres em todo o país. Quando Modi se tornou primeiro-ministro em 2014, ele levou essas atitudes ao governo central. O BJP se movimenta entre uma retórica hipócrita sobre desenvolvimento e crescimento econômico e duros ataques às minorias e às mulheres.

No entanto, este também é um período de visibilidade e proeminência sem precedentes para as mulheres muçulmanas em espaços públicos na Índia. Elas ganharam a batalha contra a prática do Triplo Talaq, que permitia a um homem muçulmano se divorciar de sua esposa ao pronunciar a palavra *talaq* (“divórcio”, em árabe) três vezes, mesmo por telefone – sem negociações ou quaisquer outras etapas preliminares. O fim dessa prática foi uma demanda de décadas das mulheres muçulmanas e do movimento de mulheres, que finalmente se materializou em 2017, quando a Suprema Corte da Índia considerou a prática uma violação da Constituição. Mas, em vez de simplesmente implementar o julgamento da Suprema Corte, o governo de Modi usou o julgamento como uma arma contra homens muçulmanos, promulgando leis de Triplo Talaq que *criminalizavam* o procedimento civil do divórcio nas comunidades muçulmanas. Essa lei simplesmente teve como alvo os homens muçulmanos sem proteger os direitos das mulheres muçulmanas divorciadas.

Em 2020 houve uma ampla mobilização de mulheres muçulmanas contra o Registro Nacional de Cidadãos (NRC, na sigla em inglês) e a Lei de Emenda da Cidadania (CAA, na sigla em inglês), que constituíam o plano do governo de Modi para retirar os direitos de cidadania dos muçulmanos indianos. Nos primeiros meses de 2020, centenas de milhares de mulheres muçulmanas tomaram as ruas por várias semanas, levando a cabo protestos e manifestações contra o CAA-NRC. A presença de um grande número de mulheres muçulmanas em espaços públicos levantando reivindicações políticas foi talvez sem precedentes na Índia e trouxe um vislumbre de esperança para o movimento das mulheres, que se solidarizou totalmente com elas.

Como essas mobilizações ganharam imenso apoio em todo o país, o governo de Modi ficou em um beco sem saída, recusando-se a retirar o CAA-NRC, porém sendo incapaz de empurrá-lo goela abaixo das mulheres firmes na linha de frente. No entanto, muitas dessas lutas foram paralisadas quando a pandemia varreu o país.

Olhando adiante

O tratamento inepto do governo para a pandemia de Covid-19 resultou em centenas de milhares de vítimas, com imagens catastróficas de morte e desespero aparecendo nas telas enquanto os indianos tentavam respirar. A economia indiana está em frangalhos e sem perspectiva de recuperação imediata. A crise dos migrantes que voltaram para casa para o desemprego continua. As mulheres da classe trabalhadora fazem fila para um trabalho com garantia de emprego

que é inadequado e exige mais. Mais uma vez, as questões da fome e do desemprego voltaram aos seus pratos. Dezenas de milhares de mulheres que trabalham na área de saúde e creche comunitária, que estiveram na linha de frente no combate à pandemia e receberam reconhecimento universal, ainda não receberam seus salários e estão se preparando para lutar contra os cortes no orçamento dos programas comunitários que as empregam.

Embora o movimento de mulheres indianas tenha passado por muitos altos e baixos ao longo das décadas, ele se manteve resistente, adaptando-se às mudanças nas condições socioeconômicas e até mesmo se expandiu. A situação atual pode representar uma oportunidade para fortalecer os movimentos de massa e direcionar o foco para os direitos e meios de subsistência das mulheres e dos trabalhadores. O movimento contínuo dos agricultores indianos, que começou antes da pandemia e continua forte, oferece a oportunidade de direcionar o discurso nacional para essa agenda. A enorme participação das mulheres rurais, que viajaram de diversos estados para se revezarem durante dias nas fronteiras da capital nacional, foi um fenômeno histórico. Sua presença no movimento dos agricultores oferece esperança para o movimento de mulheres em um futuro pós-pandêmico.





Uma coletora de algas em mares agitados.

Ilustração: [Ingrid Neves \(Brasil\)](#) / [Instituto Tricontinental de Pesquisa Social](#)

Foto de referência: [M. Palani Kumar](#) / [People's Archive of Rural India \(PARI\)](#) (Tamil Nadu, out. 2019)

Bibliografia

All India Democratic Women's Association. *MFI's in India: The New Money Lenders*. October 2011. <https://aidwaonline.org/sites/default/files/2017-08/MFIs%20in%20India.pdf>

All India Democratic Women's Association. *The Triple Burden: Some Issues of Class and Caste Oppression of Women*. 1998.

Armstrong, Elizabeth. *Gender and Neoliberalism: The All India Democratic Women's Association and Globalisation Politics*. New York: Routledge, 2014.

Bavadam, Lyla. 'Adivasi Revolt That Ushered in Change for All', *Frontline*, 19 June 2020. <https://frontline.thehindu.com/social-issues/social-justice/article31833047.ece>

Biju, B. L., and K G Abhishek Kumar. 'Class Feminism: The Kudumbashree Agitation in Kerala'. *Economic and Political Weekly*, vol. 48, no. 09, 02 March 2013.

Chandra, Tanushree. 'Literacy in India: The Gender and Age Dimension, *ORF Issue Brief No. 322*'. Observer Research Foundation, October 2019. <https://www.orfonline.org/research/literacy-in-india-the-gender-and-age-dimension-57150/>

Chaudhari, Dasriben, Mallu Swarajyam, and Ila Mitra. 'Testimonies of Struggle', *Economic and Political Weekly*, vol. 33, no. 17, 25 April 1998.

Gait, E. A. *Census of India, 1911: Volume I, India, Part I – Report* (Calcutta: Superintendent, Government Printing, India, 1913). <https://ruralindiaonline.org/en/library/resource/census-of-india-1911-volume-i-part-i---report/>

Government of India. *All India Survey on Higher Education, 2019-20*. New Delhi: Ministry of Education, Department of Higher Education, 2020.

Government of India. *Annual Report, Period Labour Force Survey, July 2018 – June 2019*. New Delhi: Ministry of Statistics and Programme Implementation, National Statistical Office, June 2020. http://mospi.nic.in/sites/default/files/publication_reports/Annual_Report_PLFS_2018_19_HL.pdf

Government of India. *Employment and Unemployment in India, 1999–2000 – Key Results, NSS 55th Round (July 1999 – June 2000)*. New Delhi: National Sample Survey Organisation, Ministry of Statistics and Programme Implementation, December 2000. http://mospi.nic.in/sites/default/files/publication_reports/455_final.pdf

Government of India, *Household Social Consumption on Education in India, NSS 75th Round (July 2017 – June 2018)* (New Delhi: Ministry of Statistics and Programme Implementation, National Statistical Office, 2020).

Government of India. *Key Indicators of Employment and Unemployment in India, NSS 68th Round, July 2011 – June 2012*. New Delhi: National Sample Survey Organisation, Ministry of Statistics and Programme

Implementation, December 2013. http://mospi.nic.in/sites/default/files/publication_reports/KI-68th-E%26U-PDF.pdf

Government of India. *Report of the Time Use Survey (1998-99)*. New Delhi: Central Statistical Organisation, Ministry of Statistics and Programme Implementation, 2000.

Government of India. *Sample Registration System Statistical Report 2018*. New Delhi: Office of the Registrar General and Census Commissioner, India, Ministry of Home Affairs, 2020.

Government of India. *Time use in India – 2019, Time Use Survey (TUS), (January–December 2019)*. New Delhi: Ministry of Statistics and Programme Implementation, National Statistical Office, 2020.

Government of India. *Towards Equality: Report of the Committee on the Status of Women in India*. New Delhi: Ministry of Education and Social Welfare, Department of Social Welfare, December 1974. <https://pldindia.org/wp-content/uploads/2013/04/Towards-Equality-1974-Part-1.pdf> ; <http://feministlawarchives.pldindia.org/wp-content/uploads/towards-equality-1974-part-2.pdf>

Hariharan, Githa. 'A Woman of Substance – Remembering Ahilya Rangnekar'. *Newsclick*, 8 July 2019. <https://www.newsclick.in/woman-substance-remembering-ahilya-rangnekar>

International Institute for Population Sciences (IIPS) and ICF. *National Family Health Survey (NFHS-4), 2015-16: India*. Mumbai: IIPS, 2017. <http://rchiips.org/nfhs/NFHS-4Reports/India.pdf>

Kollontai, Alexandra. 'Communism and the Family'. In *Selected Writings of Alexandra Kollontai*. 1920. Translated by Alix Holt. London: Allison and Busby, 1977. <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1920/communism-family.htm>

Meera, V. 'Women Workers and Class Struggles in Alleppey, 1938-1950'. *Social Scientist*, vol. 11, no. 12, pp. 47-58, December 1983.

Narayanan, Nitheesh. 'A Communist Moulded by Struggles: The Vibrant Life of KS Ammukkutty'. *Tricontinental: Institute for Social Research*, 4 May 2021. <https://thetricontinental.org/india/ammukkutty/>

Prasad, Archana. 'Feminism and Class Consciousness'. *Marxist*, XXXVI, 1, January-March 2020.

Rawal, Vikas, and Partha Saha. 'What do Recent NSS Surveys of Employment and Unemployment Show?'. *SSEER Monograph 15/1*, Society for Social and Economic Research, New Delhi, 2015. http://archive.indianstatistics.org/misc/women_work.pdf

Reddy, D. Narasimha, and Arun Patnaik. 'Anti-Arrack Agitation of Women in Andhra Pradesh'. *Economic and Political Weekly*, vol. 28, no. 21, 22 May 1993.

Sarkar, S. C. 'The Role of Women in Tebhaga movement in Jalpaiguri District and to Preserve their identity'. *African Journal of History and Culture*, vol. 6, no. 9, pp. 175-182. 2014. <https://academicjournals.org/journal/AJHC/article-abstract/0716D7147748>

Tricontinental: Institute for Social Research. *Kanak Mukherjee*. 8 March 2021. <https://thetricontinental.org/studies-feminisms-2-kanak-mukherjee/>

United Nations Population Fund. *Sex Ratio at Birth in India: Recent Trends and Patterns*. New Delhi: UNFPA, 2020. https://india.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/sex_ratio_at_birth_in_india_-_july.pdf





Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizada por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org